



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9407 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT13 - Educação Fundamental

“EU QUERO BRINCAR!” REFLEXÕES ACERCA DO BRINCAR NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Elisa Carneiro Santos de Almeida - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Noé Matias de Souza - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Giovana Cristina Zen - UFBA - Universidade Federal da Bahia

“EU QUERO BRINCAR!” REFLEXÕES ACERCA DO BRINCAR NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

RESUMO: O objetivo dessa pesquisa é refletir sobre como o brincar tem sido contemplado nas propostas do 1º ano do Ensino Fundamental durante a paralisação das atividades educacionais presenciais em virtude da pandemia de Covid-19. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória com educadores vinculados à rede pública de ensino de dois municípios da Bahia. Os dados foram produzidos mediante aplicação de formulário *online* no *Google Forms* e divulgado nas redes sociais, entre os meses de maio e junho de 2021. As primeiras inferências apontam alguns desafios e possibilidades para que o brincar faça parte da rotina escolar das crianças nos tempos atuais. Por fim, espera-se que as reflexões, constituídas em parceria com os participantes da pesquisa, possam nos levar a trilhar um caminho em que o brincar tenha seu lugar reconhecido e garantido no 1º ano do ensino fundamental.

Palavras-chave: Brincar. Ensino Fundamental. Pandemia.

Introdução

O artigo busca tensionar a garantia do brincar das crianças na escola em tempos de pandemia - COVID 19. A problemática central parte da reflexão sobre os desafios e as alternativas didático-pedagógicas que professores têm enfrentado e desenvolvido, no trabalho de transição do segmento de educação infantil para o 1º ano do ensino fundamental.

Nesse contexto, como professores e integrantes da equipe técnico-pedagógica da secretaria municipal de educação de Souto Soares e Feira de Santana, fomos tocados a pensar sobre a seguinte questão: o que a escola tem feito para garantir o brincar das crianças ingressas no 1º ano do ensino fundamental durante a pandemia-COVID 19?

Para responder à questão que ora se apresenta trazemos como suporte metodológico a abordagem qualitativa, do tipo exploratória com professores vinculados à rede pública municipal de duas cidades do estado da Bahia. O objetivo é encontrar nas respostas dadas a esta questão, por meio do processo investigativo, contribuições para a sistematização das

alternativas desenvolvidas pela escola de forma que garanta o direito do brincar pelas crianças.

Reflexões acerca do brincar no 1º ano do ensino fundamental em tempos de pandemia

O ingresso das crianças no ensino fundamental deve ser pensado com muito cuidado por todos os envolvidos. Para quem já enfrentava grandes desafios durante a “cisão” entre os dois níveis de ensino, educação infantil e ensino fundamental, a criança, os pais e a escola tiveram que se “reinventar” devido ao enfrentamento de uma crise sanitária no Brasil e no mundo. Em março de 2020, as aulas presenciais foram suspensas mediante a necessidade de estabelecer o distanciamento físico, a partir das orientações da Organização Mundial de Saúde e as propostas pedagógicas passaram a ser mediadas pelo uso da *internet*, chamado de Ensino Remoto Emergencial.

Ao se referir aos processos de passagem da educação infantil para o ensino fundamental, evidenciam-se problemas que não estão relacionados apenas às questões dessa mudança de ciclos, mas na ruptura epistemológica que existem entre esses dois segmentos de ensino, afinal, só há necessidade de transição porque existem discontinuidades.

Assim, é de fundamental importância considerar que o problema da transição não passe apenas pela dimensão pedagógica, mas e, sobretudo, pela falta de políticas educacionais que deem subsídios, condições de ações coerentes e propositivas às instituições escolares, para que a passagem das crianças nesses espaços sejam cuidadas e planejadas. Em vista disso, as práticas pedagógicas precisam ser sempre refletidas e calcadas em concepções atualizadas, de forma a amenizar o “abismo” das situações centradas em concepções tradicionalistas, as quais do ponto de vista reflexivo comprometeria as ações educativas que respeitem as crianças em todos os sentidos e, principalmente, quando se refere à garantia do brincar

Essa problemática gera uma discussão de que embora as Diretrizes Nacionais Curriculares e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2010; 2018) propunham que as situações empreendidas pelas instituições de educação infantil tenham como eixos centrais as interações e as brincadeiras, no 1º ano do ensino fundamental, esse direito diminui consideravelmente nas rotinas escolares. Surge-se então, uma ruptura epistemológica quando se nega a essas crianças o direito de ser criança e de exercer a sua principal função da infância, o brincar, para dar lugar a práticas pedagógicas conteudistas, que dão importância excessiva às propostas de leitura e escrita.

Vale ressaltar que o sujeito que se constitui criança na educação infantil, não deixa de ser criança porque passou para o 1º ano do ensino fundamental. Sobre esse aspecto, Sarmiento (2011, p.588), afirma que “perante a instituição, a criança “morre” enquanto sujeito concreto, com saberes e emoções, aspirações, sentimentos e vontades próprias, para dar lugar ao aprendiz, destinatário da ação adulta, agente de comportamentos prescritivos, pela qual é avaliado, premiado ou sancionado”.

Diante dessa visão adultocêntrica evidenciada pelo autor, estudos revelam que, à medida que as crianças avançam entre os segmentos escolares, reduzem-se os espaços e os tempos para brincar (CORSARO, 2011; SARMENTO, 2011). Em outras palavras, o brincar com as mais diversas manifestações dá lugar às tarefas escolares, sem considerar, a relevância do diálogo entre os dois segmentos de forma que o ensino fundamental reconheça e acolha as crianças e as suas culturas, suas experiências já construídas anteriormente, a fim de dar continuidade num processo mais tranquilo e mais profícuo.

Ao afirmar a negligência do direito de brincar pelas crianças para dar espaço aos conteúdos escolares canônicos, é comum ainda observar nessas mesmas escolas a inversão da

funcionalidade do brincar dada por alguns educadores. Muitas vezes, o brincar deixa de ser uma experiência construída pelas crianças, como a reprodução de sua cultura viva e da produção de novas culturas e passa a ser utilizado como estratégia didática para ensinar os conteúdos escolares.

É importante salientar que, compreendemos o brincar a partir da perspectiva de Brougère (2008), que define a brincadeira como a entrada da criança na cultura, numa cultura individual e coletiva com toda a sua historicidade. Portanto, o brincar é um processo de relações interindividuais, em que a criança manipula e oferece novas significações. Na sua brincadeira, a criança não se contenta em desenvolver comportamentos, mas manipula as imagens, as significações simbólicas que constituem uma parte da impregnação cultural à qual está submetida.

Destarte, é essencial que o ensino fundamental, valorize mais a relação entre as crianças, de forma que possam oportunizá-las mais momentos brincantes e ofereça espaços que favoreçam o agrupamento entre elas, sejam da mesma idade ou em idades diferentes, para que possam se organizar, negociar e escolher a brincadeira, como também inventar, criar, imaginar, enfim, brincar.

Os primeiros resultados...

A pesquisa teve como objetivo estudar a tensa relação entre a entrada da criança no ensino fundamental e a diminuição do brincar nas instituições escolares. Para realizar o estudo usamos como técnica de produção de dados um formulário *on-line* produzido no *Google Forms*, nos meses de maio e junho de 2021.

Os primeiros resultados partem da participação de 10 professoras do 1º ano do ensino fundamental, vinculadas à rede pública municipal de Feira de Santana e Souto Soares, no estado da Bahia. Na análise inicial, as participantes relatam a necessidade de discussão sobre os seguintes aspectos: as alternativas encontradas para a realização de brincadeiras com as crianças e as dificuldades encontradas sobre o brincar nesse novo formato de ensino.

Como possibilidade de incentivo ao brincar, as professoras escolheram alguns critérios para o planejamento, o de estabelecer uma parceria com as famílias e o de considerar os recursos acessíveis ao público atendido. Ou seja, pensar no que a criança tem em casa, e quais brincadeiras são possíveis de serem realizadas, a exemplo de brincadeiras a partir de interações digitais e daquelas que estimulam o movimento, como: pula corda, amarelinha e circuitos motores com os móveis de casa, etc. Ao planejar essas atividades, as professoras também sinalizaram como critério de escolha, brincadeira e jogos em que a criança não dependa da ajuda de um adulto, envolvendo situações que incentivam a autonomia e a criatividade da criança.

Ao passo que para a maioria das professoras os aspectos sinalizados acima foram alternativas encontradas, para outras constituem como problemas. Uma vez que a distância física impede uma maior participação durante as brincadeiras propostas, contar com a ajuda da família tem sido uma missão quase impossível de ser realizada. Muitas vezes, a realidade das famílias, são adultos sobrecarregados, que não conseguem acompanhar as propostas da escola.

Contudo, as reflexões iniciais, constituídas em parceria com as participantes da pesquisa, possibilitaram a identificação de categorias de análise que apresentam alternativas para o brincar em relação ao ensino remoto e, também revelam as dificuldades enfrentadas pelo contexto atual. Alhures, pretendemos aprofundar a pesquisa e responder às questões que possam nos levar a trilhar um caminho pedagógico em que o brincar possa ter seu lugar

reconhecido e garantido no 1º ano do ensino fundamental.

Referências

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais, Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SARMENTO, M. J. A Reinvenção do Ofício de Criança e Aluno. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 6, n. 3, p. 581-602, set./dez. 2011.